



ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GUIA DE PARTICIPAÇÃO



Bem-vindo(a)!

Você está convidado(a) a participar da construção da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – a ENCP.

O que isso significa? Que você pode ajudar a transformar as compras feitas pelo Estado em instrumentos para gerar empregos, promover inovação, proteger o meio ambiente e reduzir desigualdades sociais e regionais.

Este guia explica como você pode contribuir em cada etapa do processo. Vamos juntos?

Sumário

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Etapas de Participação | 4 |
| Etapa 1 – Entenda o que motiva a elaboração da Estratégia, suas diretrizes e objetivos | 4 |
| Introdução: Desenvolvimento e Contratações Públicas | 4 |
| Por que a Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável está sendo elaborada? | 5 |
| Como a Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP) está sendo construída? | 6 |
| Qual a base conceitual da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - ENCP? | 6 |
| Quais são as dimensões e os objetivos estratégicos que serão trabalhados nas oficinas? | 7 |
| Dimensão Ambiental | 7 |
| Dimensão Social | 8 |
| Dimensão Econômica | 8 |
| Dimensão Gestão para o Desenvolvimento | 9 |
| Desafios e Oportunidades | 12 |
| Etapa 2 – Faça sua voz ser ouvida | 12 |
| Etapa 3 – Participe de uma Oficina Regional | 12 |
| Etapa 4 – Participe da Consulta Pública | 13 |
| Quer saber mais? | 13 |
| Glossário das Dimensões, Diretrizes e Objetivos | 14 |

Etapas de Participação

A construção da ENCP está aberta à colaboração de todas as pessoas interessadas em transformar as compras públicas em instrumentos de desenvolvimento nacional sustentável.

Você pode participar de diferentes formas, em momentos distintos do processo. Cada etapa é uma oportunidade para contribuir com a sua experiência, visão e sugestões. Veja como.

Etapa 1 – Entenda o que motiva a elaboração da Estratégia, suas diretrizes e objetivos

Conheça agora a versão preliminar e resumida dos fundamentos e objetivos da ENCP.

Introdução: Desenvolvimento e Contratações Públicas

Este texto traz um conteúdo introdutório, estruturado para subsidiar reflexões sobre como o poder de compra do Estado pode impulsionar o desenvolvimento no Brasil, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e inovadora.

As compras públicas têm um papel estratégico na promoção do desenvolvimento do país, ao influenciarem diretamente a forma como recursos públicos são utilizados para gerar resultados concretos na vida das pessoas. Mais do que atender demandas imediatas, as contratações públicas podem ser uma alavanca para impulsionar crescimento econômico com inclusão social, inovação e responsabilidade ambiental — pilares fundamentais de um desenvolvimento que precisa ser concebido estrategicamente para ser sustentável.

Países líderes já reconhecem as compras públicas como ferramentas essenciais para atingir metas climáticas e de desenvolvimento social, conforme apontam a OCDE (2023) e a UNEP (2022).

No Brasil, embora exista um arcabouço normativo robusto, ainda enfrentamos desafios relevantes. Dados da Controladoria Geral da União (2024) apontam que cerca de 36% das instituições estão em estágio inicial na adoção de práticas de compras voltadas ao desenvolvimento; aproximadamente 60% não monitoram

os impactos socioambientais das contratações; e os Planos de Logística Sustentável (PLS) seguem pouco integrados aos Planos Anuais de Contratações (PCA).

Por isso, é urgente fortalecer a governança, a capacitação e o monitoramento no campo das contratações públicas. Ir além do cumprimento formal de requisitos e adotar uma lógica de desenvolvimento orientado a impactos é o caminho para transformar a realidade brasileira. Cada licitação deve ser tratada como uma oportunidade de promover crescimento com justiça social e responsabilidade ambiental — construindo, assim, um novo padrão de desenvolvimento.

Por que a Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável está sendo elaborada?

As compras públicas no Brasil movimentam cerca de 16% do PIB e representam aproximadamente 22,7% das despesas governamentais (OCDE, 2023). Historicamente focadas no menor preço e na redução de riscos, as contratações públicas evoluíram para incorporar objetivos amplos de desenvolvimento nacional sustentável: este conceito, consolidado nas últimas décadas, está presente na Constituição Federal de 1988 e é expresso como princípio na Lei de Licitações 14.133/21.

Mesmo com essa base normativa sólida, ainda é necessário integrar diretrizes de desenvolvimento sustentável às práticas cotidianas de contratação, medir impactos reais e assegurar que as compras públicas cumpram seu potencial de transformação.

Utilizar o poder de compra do Estado de maneira orientada a resultados significa:

1. favorecer a produção doméstica, aumentando a geração de emprego e renda e a arrecadação de tributos no país;
2. fomentar a pesquisa e inovação e, com isso, elevar a complexidade e o valor agregado, a produtividade e a competitividade da produção nacional;
3. favorecer as micro e pequenas empresas e desconcentrar a produção e a comercialização;
4. permitir que grupos vulneráveis forneçam a mercados mais amplos e se insiram em circuitos produtivos mais complexos, contribuindo para desconcentrar a renda;

5. fomentar a produção local e reduzir as desigualdades regionais, desenvolvendo vocações locais;
6. fomentar a produção social e ambientalmente sustentável de bens e serviços, difundindo padrões a serem adotados também por empresas privadas e organizações da sociedade.

Por isso, o objetivo é construirmos, de forma participativa, a ENCP que se oficializará por meio de um Decreto Federal, acompanhado de um Plano de Ação.

Como a Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP) está sendo construída?

A Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento (ENCP) está sendo construída a partir de um processo colaborativo, participativo e baseado em evidências, liderado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Seu objetivo é garantir que as diretrizes nacionais mobilizem as práticas dos gestores públicos e contemplem as diferentes realidades do país.

O processo foi estruturado em etapas, que incluíram a realização de oficinas nacionais, com participação de especialistas, gestores públicos, sociedade civil e setor privado (2023 e 2024), entrevistas e consultas com especialistas nacionais e internacionais (2024); Seminário internacional com organismos multilaterais e experiências internacionais (2025), análise de dados, oficinas regionais, e por fim, uma consulta pública a ser realizada em julho de 2025.

Qual a base conceitual da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - ENCP?

A ENCP tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, abrangendo, pelo menos, três dimensões fundamentais: ambiental, social e econômica. No entanto, para que a estratégia seja efetivamente implementada e se torne realidade, é necessário criar condições que permitam que o processo licitatório esteja alinhado às diretrizes propostas. Nesse sentido, acrescenta-se a dimensão de gestão, essencial para viabilizar a execução das demais dimensões. Essa dimensão aborda as capacidades estatais em quatro eixos: pessoas e cultura,

sistemas e dados, normas e governança. A seguir, apresentamos cada uma das dimensões que serão aprofundadas nas oficinas regionais.

Quais são as dimensões e os objetivos estratégicos que serão trabalhados nas oficinas?

Trazemos a proposta de nos debruçarmos sobre quatro dimensões: ambiental, social, econômica e de gestão para o desenvolvimento. Conheça cada dimensão, qual diretriz orienta essa dimensão, seu significado e quais são os objetivos que devem ser buscados para o alcance da diretriz.

Dimensão Ambiental

Ao adotar práticas para reduzir produção de resíduos, usar os recursos naturais de forma eficiente e adotando soluções para a mitigação de mudanças climáticas, o Estado contribui significativamente para uma agenda ambiental robusta. Nesse contexto, a economia circular e a bioeconomia surgem como alternativas chave, permitindo o reaproveitamento de materiais e o uso sustentável da biodiversidade. O objetivo final colocar as contratações públicas em favor da regeneração do meio ambiente, adotando, para além do atendimento de princípios de economicidade, o objetivo do desenvolvimento sustentável.

Diretriz: Reduzir o impacto ambiental das contratações públicas

Objetivos:

1. Promover a circularidade, reduzindo resíduos, a poluição e regenerando a natureza.
2. Contribuir com estratégias de mitigação e resiliência climáticas.
3. Promover a bioeconomia, incentivando o uso sustentável de recursos biológicos no sistema produtivo.

Dimensão Social

A dimensão social aplicada às contratações públicas tem como intenção gerar oportunidades de emprego e renda para todos, em particular para públicos vulnerabilizados e que, portanto, enfrentam maiores barreiras de entrada no mercado. Para alcançar esse objetivo é importante oportunizar o empreendedorismo e a geração de emprego e renda para grupos historicamente marginalizados e ao mesmo tempo ampliar as contratações de fornecedores com reconhecido potencial de gerar benefícios para a sociedade, como os negócios de impacto, empresas da economia solidária e cooperativas.

Na dimensão social também se considera o olhar para as cadeias produtivas dos fornecedores do Estado: ao exigir parâmetros mínimos de práticas de trabalho decente, de governança inclusiva e de respeito aos direitos humanos, são retomados, dentro da política de contratações públicas, os objetivos sociais previstos no arcabouço legal do Estado brasileiro, dando coerência e potencializando políticas públicas relacionadas.

Diretriz: Priorizar soluções que promovam desenvolvimento local e inclusão socioeconômica

Objetivos:

1. Aumentar a contratação de negócios de impacto
2. Aumentar as oportunidades de participação de empreendimentos da economia solidária, cooperativas e grupos vulnerabilizados
3. Induzir a adoção de práticas de governança responsáveis, inclusivas e equitativas

Dimensão Econômica

Ao propor a integração da dimensão econômica nas contratações públicas pretende-se usar o poder de compra do Estado como instrumento de neoindustrialização e geração de emprego e renda. Para isso, é preciso incentivar a inovação, fortalecer cadeias produtivas estratégicas e priorizar os produtores locais, em especial os pequenos e médios. Como resultado, espera-se incentivar a produção e inovação domésticas.

A dimensão do desenvolvimento econômico está integrada à dimensão social. Para tanto, a geração de renda está integrada ao objetivo de apoiar a redução das desigualdades regionais.

Diretriz: Priorizar a produção e a inovação domésticas nas contratações públicas para fortalecer o desenvolvimento tecnológico e a soberania produtiva do país.

Objetivos:

1. Dar preferência ao produto nacional, induzindo o emprego e a renda, a arrecadação de tributos, fortalecendo o adensamento produtivo e a soberania produtiva do país.
2. Estimular o desenvolvimento tecnológico, elevando o valor agregado da produção nacional.
3. Promover a redução de desigualdades regionais, por meio da regionalização do fornecimento das contratações públicas
4. Induzir o desenvolvimento local e a desconcentração de renda, ampliando a participação de MEIs, Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e negócios locais nas contratações públicas

Dimensão Gestão para o Desenvolvimento

A dimensão de gestão traz objetivos diversos relacionados ao processo de contratações e os mecanismos necessários para efetivar as contratações como uma política eficiente. A dimensão de gestão abarca a governança, inovação, eficiência, logística, dados e sistemas, recursos humanos e diálogo com o mercado. Todos esses aspectos são essenciais para o funcionamento das contratações e sua viabilização como motor para o desenvolvimento.

A governança tem papel crucial para garantir que as políticas públicas estejam alinhadas às prioridades governamentais. Uma governança sólida permite que os agentes públicos adotem uma visão estratégica, integrando, em suas decisões, os objetivos das diferentes políticas públicas.

A inovação nas contratações públicas é instrumento que serve para a criação de soluções para desafios públicos, aprimorando a qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado. Além disso, ao estimular a participação de empresas com propostas inovadoras, as contratações públicas impulsionam a criação de um ambiente

propício ao desenvolvimento econômico, fomentando a competitividade, incentivando o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e fortalecendo cadeias produtivas locais. Dessa forma, a inovação não apenas aprimora a capacidade governamental de atender ao interesse público, mas também atua como um catalisador para o crescimento econômico sustentável do país.

Melhorar o aspecto logístico nas contratações públicas é fundamental para garantir a eficácia e a eficiência na aquisição de bens e serviços pelo Estado, abrangendo desde a facilidade para realizar a compra pública até a agilidade no recebimento do produto ou execução do serviço contratado. Um processo logístico bem estruturado assegura que os recursos necessários sejam disponibilizados no tempo e na qualidade adequados, evitando atrasos que podem comprometer a execução de políticas públicas essenciais. Além disso, a integração logística também envolve a celeridade no pagamento aos fornecedores, fator decisivo para manter um relacionamento saudável com o mercado, estimular a participação de novos competidores e promover um ciclo econômico sustentável, beneficiando tanto a administração pública quanto o setor privado.

A gestão de dados e sistemas nas contratações públicas é um elemento estratégico para a tomada de decisões assertivas e a integração eficaz entre a política de contratações e as demais políticas públicas. Ao centralizar, organizar e analisar informações sobre processos licitatórios, fornecedores, preços e prazos, a administração pública pode identificar padrões, otimizar recursos e prevenir irregularidades, aumentando a transparência e a eficiência dos gastos públicos. Além disso, a utilização de sistemas integrados permite que os dados das contratações sejam cruzados com indicadores de outras políticas governamentais, facilitando a definição de prioridades, o monitoramento do impacto das aquisições e a elaboração de estratégias alinhadas aos objetivos socioeconômicos do país. Dessa forma, a gestão de dados não apenas aperfeiçoa a execução das contratações, mas também potencializa seu papel como instrumento de desenvolvimento público.

Os recursos humanos desempenham um papel central para que as contratações públicas alcancem um nível mais elevado de qualidade, visto que a capacitação e o aprimoramento contínuo das equipes responsáveis pelos processos licitatórios são essenciais para garantir a execução eficiente, ética e estratégica das aquisições governamentais. Profissionais qualificados são capazes de conduzir análises

critérios dos editais, selecionar fornecedores com base em critérios técnicos rigorosos e monitorar a execução dos contratos, minimizando riscos e assegurando a conformidade com as normas legais. Além disso, equipes bem-preparadas estão mais aptas a identificar oportunidades de inovação, aplicar práticas sustentáveis e implementar soluções tecnológicas que otimizam o ciclo das contratações, fortalecendo, assim, o impacto positivo das políticas públicas e contribuindo para a entrega de serviços de maior qualidade à sociedade.

O diálogo com o mercado é um elemento estratégico nas contratações públicas, pois permite à administração compreender os desafios enfrentados pelos fornecedores ao negociar e vender para o setor público, possibilitando o aprimoramento dos processos licitatórios. Ao estabelecer um canal de comunicação transparente e proativo com empresas e potenciais fornecedores, o Estado consegue identificar barreiras que dificultam a participação no processo de compras, como exigências excessivas, prazos inadequados ou dificuldades na obtenção de certidões. Com essa compreensão, é possível ajustar os editais, simplificar procedimentos e adotar práticas mais alinhadas à realidade do mercado, estimulando a concorrência, ampliando o leque de fornecedores e assegurando contratações mais vantajosas e eficientes.

Diretriz: Ampliar as capacidades estatais nas contratações públicas

Objetivos:

1. Viabilizar a articulação inter e intra federativa para garantir a integração entre as políticas públicas
2. Fomentar a inovação para resolver problemas públicos
3. Elevar a eficiência e agilidade do ciclo de contratações públicas.
4. Criar uma estrutura robusta de gestão de dados para viabilizar a tomada de decisões estratégicas
5. Capacitar e valorizar os recursos humanos
6. Aperfeiçoar mecanismos de diálogo com o mercado

Desafios e Oportunidades

Entre os principais desafios, destacam-se a permanência do foco no menor preço — que dificulta a busca por valor público agregado —, a necessidade de capacitação dos operadores para aplicação de critérios de desenvolvimento nas compras, e a dificuldade em medir e monitorar impactos econômicos, sociais e ambientais das contratações. A fragmentação entre o planejamento dos PLS e dos Planos Anuais de Contratações também limita a efetividade das práticas.

As Oficinas Regionais terão papel decisivo na consolidação da Estratégia. Por meio delas, reuniremos contribuições práticas, ouviremos realidades locais e validaremos os eixos e ações prioritárias já mapeados. O objetivo é construir, de forma participativa, um Decreto Federal que oficialize a ENCP, acompanhado de um Plano de Ação. O Plano de ação será monitorado e revisado periodicamente.

Fortalecer as compras públicas como vetor de desenvolvimento é a nossa missão. Vamos juntos(as) construir contratações públicas mais estratégicas, inovadoras e orientadas ao desenvolvimento para o Brasil!

Etapa 2 – Faça sua voz ser ouvida

Contribua online. Você pode enviar sugestões e ideias sobre as diretrizes e os objetivos propostos respondendo o formulário:

 [Clique aqui para contribuir](#)

Etapa 3 – Participe de uma Oficina Regional

Dê sua opinião de forma presencial, junto com representantes de sua região.

| Oficina Centro-Oeste | Oficina Sudeste | Oficina Nordeste | Oficina Nordeste | Oficina Sul | Oficina Norte |
|------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------|--------------------------|
| Campo Grande Mato Grosso do Sul | Belo Horizonte Minas Gerais | Fortaleza Ceará | Salvador Bahia | Curitiba Paraná | Belém Pará |
| 06 de maio | 13 de maio | 27 de maio | 29 de maio | 10 de junho | 17 de junho |

Links de inscrição:

- 📌 Centro-Oeste: <http://bit.ly/4jobFol>
- 📌 Sudeste: <https://bit.ly/3GjxPKc>
- 📌 Nordeste (Ceará): <https://encurtador.com.br/IRnnt>
- 📌 Nordeste (Salvador): <https://encurtador.com.br/Elgmf>
- Sul: <https://encurtador.com.br/Scli4>
- Norte: <https://encurtador.com.br/Cc3w0>

Etapa 4 – Participe da Consulta Pública

A versão final da estratégia será aberta à sociedade em **julho de 2025**.

- 📌 Acesse: [Participa + Brasil](#)

Quer saber mais?

Assista ao webinar de apresentação da ENCP:



[https://www.youtube.com/watch?v=UVSadceNVRQ&t=24s:contentReference\[oaicite:37\]{index=37}](https://www.youtube.com/watch?v=UVSadceNVRQ&t=24s:contentReference[oaicite:37]{index=37})

Glossário das Dimensões, Diretrizes e Objetivos

Bioeconomia: Economia baseada no uso sustentável de recursos biológicos renováveis, promovendo inovação e agregação de valor à biodiversidade brasileira. (Conceito reconhecido pelo MCTI e pelo Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia).

Circularidade: Estratégia de produção e consumo baseada na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. Conceito presente no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) e em estratégias do Ministério do Meio Ambiente.

Compras públicas para o desenvolvimento: Utilização do poder de compra do Estado como instrumento estratégico para promover crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, conforme previsto na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

Desenvolvimento sustentável: Modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, integrando as dimensões econômica, social e ambiental. Referência: Agenda 2030 da ONU e Constituição Federal (art. 225).

Equidade nas contratações: Prática de inclusão de grupos sub-representados, como mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência, nas oportunidades de compras públicas. Base legal: Decreto nº 11.470/2023.

Gestão orientada a resultados: Abordagem de planejamento e execução de políticas públicas voltada para o alcance de resultados mensuráveis e impacto na sociedade. Conceito-chave na Nova Governança Pública e no modelo de avaliação do TCU.

Governança nas contratações: Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a gestão das compras públicas. Base normativa: Decreto nº 9.203/2017 e Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021.

Negócios de impacto: Empreendimentos que oferecem soluções para problemas sociais e ambientais com sustentabilidade financeira. Reconhecido pela Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO).

Soberania tecnológica: Capacidade nacional de desenvolver e dominar tecnologias estratégicas, reduzindo dependência externa e fortalecendo a inovação. Conceito presente na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI).

Transferência de tecnologia: Processo de compartilhamento de conhecimento, técnicas e inovações entre instituições, previsto em normativas como a Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004).

Valor público: Resultado de ações e políticas públicas que geram benefícios reais para a sociedade, equilibrando economicidade, eficiência, equidade e impacto socioambiental. Conceito adotado em diversos documentos de governança pública, como o Decreto nº 9.203/2017.